

A MULHER NO CONTEXTO RURAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: RE-CONFIGURANDO O SENTIDO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

GT 11: Género, Desigualdad y Ciudadanía

Andreia de Lima SILVA¹;

¹PIBIC/UFPE, graduanda em Pedagogia; E-mail: andreialinma@hotmail.com,

Elaine Suane Florêncio dos SANTOS²

²PIBIC/UFPE, graduanda em Pedagogia; E-mail: elainesuane@hotmail.com

Resumo

Este estudo tem o propósito de compreender como se tem caracterizado as relações de gênero na efetividade de processos emancipatórios da mulher rural do agreste, e como se tem influenciado as práticas de geração de renda diante da divisão sexual do trabalho, para sua formação política e social. Diante de um processo que resultaria uma permanente atribuição às mulheres. Através de Observação Participante, Entrevistas, de modo a captar o que há de único em cada experiência, de modo que propicie um olhar ampliado para as incidências dos casos. Inferindo a simultaneidade das relações entre público e privado, e tem permitido a contestação no rol da intensificação do trabalho, contestação da qual envolve cada vez mais interesses e direitos.

Palavra-chave: Gênero, Mulher, Trabalho.

1 Introdução

Este estudo parte da necessidade de identificar as ocupações trabalhistas das mulheres do agreste pernambucano brasileiro, mediante o cenário atual formal e informal do trabalho que tem apontado a precarização da mão de obra feminina. Neste cenário as atividades agrícolas tradicionalmente exercidas pela trabalhadora rural, vislumbra-se na atualidade a intensificação laboral, o que tem concorrido às novas representações das relações de gênero. Dessa forma, este estudo tem o propósito de compreender como se tem caracterizado as relações de gênero na efetividade de processos emancipatórios da mulher rural do agreste, e como se tem influenciado as práticas de geração de renda diante da divisão sexual do trabalho, para sua formação política e social.

O que põe em evidência não meramente as tradições que marcam o que seria considerado próprio da conduta do “ser mulher”, mas a delimitação do lugar, do tempo e das fronteiras, que pressupõe a desconstrução do entendimento forjado numa experiência normatizadora, monolítica, pois ao manifestar as expectativas e a imagem que a mulher tem de si, confere a interlocução com os elementos propícios do seu contexto, contribuindo a manutenção, quanto aos meios de transformação social, implicando, que a estrutura social compreende como elemento de des-identificação, muito mais do que papel universalista. Para tecer um diálogo com as mulheres que assumem no meio rural, lutas em prol de relações justas dentro e fora do lar, evidenciamos as dimensões de gênero diante da complexidade que assume através dos valores culturais, sociais e econômicos, devido à necessidade de conhecimento das atividades e experiências das mulheres para compor sua resistência no cenário de

desigualdades marcado pelo regime patriarcal. A fim de contribuir com este estudo na visibilidade de sua luta, nas possibilidades de reelaboração de concepções de gênero em contribuição as experiências de formação política. Esta contribuição demonstra que a flexibilidade do trabalho, somada com as relações de emprego, mesmo provocando o aumento dos postos de trabalho feminino, compreendem proporcionalmente as referências ao trabalho doméstico, ao bem estar, isto é, permite a análise de um processo que resultaria uma permanente atribuição às mulheres.

A partir dos estudos com mulheres rurais, resulta-nos uma melhor compreensão da realidade a ser mais bem conhecida, seja pela frequência ou ausências recorrentes nas mensagens decodificadas. A partir do exposto, podemos inferir que os estudos feministas ou que discutem os papéis sociais de forma ampla, não aludem definições prontas e acabadas, visto que, categorias como “diferença de gênero”, “diferença entre as mulheres” e “mulheres diferentes” refletem a necessidade de explicar as práticas e condições socialmente construídas em relação de poder, na significação dos ‘corpos’, e conseqüentemente acena uma realidade política de ser “mulher”. Ressaltando, estas considerações apontam a simultaneidade das relações entre público e privado, e tem permitido a contestação no rol da intensificação do trabalho, contestação da qual envolve cada vez mais interesses e direitos.

1.1 Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Ruralidade

Para dar início a nossa discussão sobre o contexto da mulher campesina na divisão das atividades de trabalho no campo que estigmatiza a mulher enquanto sua condição sexual estereotipada através das concepções socialmente construídas sobre o gênero. Trazemos a concepção levantada por Silva e Schneider (2010) que retrata a diferenciação existente entre identidades sexuais e identidades de gênero. Para as autoras a identidade sexual é tida a partir das escolhas sexuais de cada sujeito, heterossexual, homossexual, bissexual, como também se remete as características físicas que define homens e mulheres enquanto suas diferenciações biológicas. No que se refere à identidade de gênero, esta é socialmente construída. Assim expomos suas representações:

A identidade sexual é definida pelas classificações de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e refere-se às caracterizações físicas, enquanto a identidade de gênero é definida pelas categorias de masculino e feminino, e refere-se às relações entre essas categorias; é uma elaboração cultural sobre os sexos (SILVA e SCHNEIDER, 2010, 187).

A ideia de gênero está inteiramente ligada a culturas sociais que constrói as diferenciações sexuais, o que atribui papéis desiguais e diferenciados para homens e mulheres. Neste sentido a mulher pensada, aqui, enquanto sujeito do campo vem sendo constituída na sociedade brasileira por várias décadas como um ser dominado e subalternizado pelas práticas de masculinidade que exerce o poder sobre as relações de trabalho, de convívio social e cultural no meio rural, que reserva para ela na perspectiva da divisão social do trabalho as atividades domésticas e cuidadoras dos filhos e para os homens o trabalho na esfera publica fora do espaço do lar.

Segundo Silva e Schneider (2010) estudos no espaço rural mostra a divisão de trabalho, onde a mulher exerce a função de produtora de pequenas criações como hortas, cultivos de plantas, criações de animais e do cuidado da casa, enquanto o homem trabalha em produções maiores, ou em atividades fora do espaço rural, exercendo a mulher o papel de auxiliadora, sem reconhecimento e valorização devido à função não rentável economicamente.

Na divisão social do trabalho o sistema de dominação e desigualdade exerce sobre a mulher a ideia de um ser invisibilizado na agricultura familiar, atribuindo ao papel masculino toda a produtividade do trabalho, o que dissemina a desigualdade de gênero, como nos afirma Silva e Portella

(2010, p.127) “as mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos”. Entretanto, atualmente a mulher vem conquistando espaço em outros setores públicos do mercado de trabalho ou como chefe de sua produtividade dentro da agricultura e do artesanato, o que proporciona o crescimento de sua autoestima e de sua independência enquanto trabalhadora rural, o que lhe trás o sentimento de liberdade enquanto sujeito que foi privado de realizar suas próprias escolhas. No entanto, essa liberdade ainda é podada dentro da visão patriarcal de família que dar ao marido o direito de poder sobre as decisões que implicam a esposa, assim expõe Silva e Portella (2010) ao discutir os resultados de seus trabalhos sobre divisão sexual o trabalho no nordeste:

Do ponto de vista das relações de trabalho, as mulheres indicaram inúmeros problemas. É consenso entre elas o fato de que os homens, nos papéis de marido e pai, dominam o trabalho das mulheres e dos/as filhos/as e concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo da produção que envolva toda a família, o que incluiria as decisões sobre o plantio, criação, colheita, comercialização e usufruto da renda. O controle do dinheiro pelo homem, reduz, e, em muitos casos, impede, a autonomia das mulheres (SILVA e PORTELLA, 2010, p. 133).

Além da redução da autonomia da mulher no controle com a renda, as autoras ainda retratam a dificuldade do acesso da mulher a formações técnicas que as possibilite a melhoria dos seus trabalhos, devido à sobrecarga de trabalho e do autoritarismo masculino que as impedem de se atualizar em sua prática de trabalho. Neste sentido Silva e Portella (2010) afirmam que a conquista de direitos pela mulher implica modificações nas estruturas e na organização social de vida que permita a mulher exercer os direitos que lhe são concebidos na prática:

Não basta ter a consciência dos direitos para exercê-los; é necessário que existam condições estruturais que possibilitem esse exercício, o eu não é o caso das trabalhadoras rurais, submetidas a uma jornada de trabalho que se impõe quase como uma totalidade sobre o tempo da vida (SILVA e PORTELLA 2010, p. 143).

Portanto, é através dos movimentos sociais, dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que se inicia o processo de reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direito que tem a liberdade de ir e vir, que tem voz para expressar seus desejos e aflições, em romper com o aprisionamento que a mantém presa à ordem de poder moral, de gênero, como também, estes movimentos contribui para reivindicações por políticas públicas que permita a elas ter acesso a programas e leis que contribua para desenvolvimento de suas produtividades, essa é uma luta constante das mulheres do campo. Na tentativa de conquistar dentro e fora do espaço de casa, do território do campo, na sociedade novas construções pessoais, sociais e profissionais.

1.2 Linguagens, Memórias, Formação Política de um corpo vivido

A mulher em seu exercício cotidiano de vida, nos espaços amplos da sociedade, e o escamoteamento de seu protagonismo, reforça a necessidade de evidenciar dentro dos processos interativos o caráter polifônico e polissêmico que repercute no silenciamento desta. Desse modo, nas questões de ordem discursivas e não discursivas, repercute lingüísticamente processos de invisibilização da mulher, onde Carboni Y Maestri, (2003) nos adverte ao silenciamento da mulher no

plano da ocultação de sua voz, onde o emprego linguístico como aparato do poder evidencia tanto na aparência e conteúdo o patriarcado que repercute ao longo da história.

A respeito disso, as memórias refletem as representações de uma vida de desigualdades, porém, a vida da mulher não podendo ser subsumida enquanto questões de uma vida para a família, deverá também provocar inquietações de desconstrução de que todas suas necessidades intrínsecas digam respeito às necessidades da vida da família. Para isso, haverá possibilidades de identificações à medida que estejam não apenas ampliando seus espaços de atividades, mas aumentando a capacidade de percepção de um corpo vivido. “*La base del cautiverio de las mujeres es la dependencia desigual, en la subalternidad. Se trata de una dependencia vital apuntalada por el dominio de los otros*” (LAGARDE, 2005, p. 167). Portanto, o próprio sentido de produção haverá que ser questionado, uma vez que a divisão social do trabalho reflete não apenas a invisibilidade da mulher, em termos de opressão enquanto impedimentos e locais impositivos, mas tem repercutido como própria condição de manutenção de diferenças, onde:

As relações entre os géneros continuam, sem dúvida, objeto de atenção, uma vez que distintas estratégias procuram intervir nos agrupamentos humanos, buscando regular e controlar taxas de nascimento e mortalidade, condições de saúde, expectativas de vida, deslocamentos geográficos, etc. (LOURO, 2008, p. 41).

E com base nas relações de lutas camponesas, no que tange o contexto das famílias, se desenvolvem relações de resistências, que possibilitam inferir que, pela dimensão do trabalho no campo e sua variedade de relações, os sujeitos intencionalmente passam a produzir sua existência junto com a terra. Enfatizando Fernandes et ali. (2009) que “essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência” (p.177). Dito isto, para romper com sua opressão, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, numa perspectiva formativa, vão compondo a partir de suas historicidades, identidades diversas e em processão de significação com as formas de vida. Assim, “o sentido de pertencimento a diferentes grupos - étnicos, de classe, de gênero” (LOURO, 2008, p. 24-25). Com a globalização vale considerar: “A solidariedade política deve ser investigada enquanto o grande elemento agregador dos interesses difusos e heterogêneos dos diferentes atores em cena” (GOHN, 2006, p. 262). Ao potencializar as capacidades de decisão dos sujeitos, os movimentos sociais contribuem ao sentimento de pertença, o que compõe uma diversidade de grupos culturais.

2. Percorso Metodológico

Buscamos as perspectivas no relato de experiência a partir do registro etnográfico do acompanhamento das mulheres rurais e militantes sociais, realizadas no âmbito da parceria da Universidade com os movimentos sociais e como toda sociedade. Optamos pela abordagem qualitativa, e como forma de concretização, o método *Descritivo* e *Exploratório*, pelas possibilidades de valorização da atuação dos sujeitos. Neste sentido, diz Gil (2008) “que a pesquisa qualitativa tem como objetivo primordial as características de determinada população ou fenômeno (...) são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2008, p. 28). Na tentativa de melhor compreender as nossas técnicas, com foco as *Observações Participante*, *Entrevistas Semi-estruturadas*, que desempenham a captura e confronto das concepções. Foram realizadas com dez mulheres trabalhadoras rurais e dez mulheres que exerce liderança, participantes de movimentos sociais do nordeste. Desse modo, o exercício de registro, visibiliza e

esclarece em articulação com a hermenêutica uma rigorosidade. Com base na aproximação dos comportamentos, dos valores em contextualização de significados, o percurso investigativo não estaciona numa investigação empírica, utilizamos a técnica de *Análise de Conteúdo*, segundo Valla (2001) “a finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (VALLA, 2001, p. 104). Correspondendo a compreensão do nosso questionamento, guiamo-nos pela busca dos conhecimentos como passo importante na atividade de pesquisa na área da educação, levadas dialogicamente a relevância pedagógica ao desenvolvimento humano. Portanto, propicia o encontro de subjetividades em alcance a diversidade de discursos, e a partir disso, aprofundar objetivamente, de modo a alcançar os pontos desta atividade, uma vez que, a análise e os possíveis desdobramentos aqui expostos contribui criativamente quanto pelo exercício do rigor científico de conhecimentos.

3 Discussão e Resultados

Fruto de atividades de pesquisa na modalidade de Iniciação Científica, iniciada desde o ano de 2011. O que tornou possível graças ao contato com mulheres da área rural do município de Caruaru-PE Brasil, e com mulheres atuantes em movimentos sociais da região. Este contato confere o marco do Campus Agreste-UFPE Universidade Federal de Pernambuco de aproximar os grupos sociais e a Academia, em promoção da valorização da diversidade cultural e contribuindo na reflexão de alternativas de desenvolvimento humano sustentável.

O que discutimos vem questionar através das observações e entrevistas: Como é a vida de militante? De trabalhadora rural, o que faz? Existiria uma prioridade nos objetivos formativos, ou tem indicado em termos de crises e opressões a reprodução das subalternidades, visto a manutenção de cativeiros? Estas e outras questões foram desenvolvidas a partir da ideia de conduzir as mulheres a reflexão diante de sua realidade, e perceber como se sentem e que leituras fazem de sua vida em diversos contextos do cotidiano, para tentar captar a importância dos seus saberes, no entendimento de como exercem a tomada de decisão, e com isto propiciar os termos do sentido da divisão sexual do trabalho. Admite-se que mulheres do campo mobilizam e recriam os cenários com suas subjetividades.

3.1 A Mulher: o contexto de produtividade da economia reprodutiva

Ao observarmos que a invisibilidade também se efetiva na negação, ocultação da ‘fala’ da mulher, portanto, no plano dos processos interativos, que evidenciamos, através das várias experiências de comunicação efetivadas pelas mulheres que acompanhamos, e, sobretudo, a função da razão dos motivos, eventos, que colocam os sujeitos em interação, pois, os autores apontam que “forjados em contexto comunicativo determinado, os signos linguísticos possuem significados que refletem recortes da realidade. Portanto, encontram-se marcados, histórica, social e ideologicamente” (CARBONI & MAESTRI, 2003, p.66). Linguagens que funcionam como “contra-discursos” para autoformação das mesmas, contribui nas reuniões das comunidades, nos afazeres coletivos da localidade. Desse modo, nossos dados repercutem a ideia de que as questões subjacentes às mulheres, como categorias de classe, de grupo etário, étnico, entre outros, afetam, sim, a raiz da existência enquanto manutenção de poderes, que ao difundirem uma ideologia dominante, assume-se, no interior dos grupos de pertença; com necessidade de tornar dialeticamente, estratégias de formação política as especificidades da mulher. É um problema complexo, pois, a necessidade de diversificar lutas, caminhos, etc., diante da análise das implicações, parece requerer o conhecimento alargado, ao mesmo tempo, que elaboram acepções em torno da manutenção de uma ordem, de um traço cultural que a identifica como grupo. Para Fernandes (2009), território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder (p.06). Deste modo evidenciamos em trabalho de campo o registro das

vivências, e coadunamos com o registro a seguir que explicita a política de formação para mulheres rurais, a seguir:

Considerando que as mulheres detêm um conhecimento e uma fala própria sobre o local e, que habitam, todo o desenvolvimento das atividades da Escola (Feminista) tem como foco a ampliação desse conhecimento. Esse processo traz para as mulheres o resgate da sua autoestima e de suas identidades de gênero, raça, etnia e classe. Traz o reconhecimento das mulheres como sujeito político, com história, pensamento e projetos próprios. Traz também a possibilidade de enfrentar os medos, fortalecer suas identidades, desmistificar alguns mitos e preconceitos sobre o feminismo e o racismo (CASA DA MULHER DO NORDESTE, 2008, p.12).

Portanto, a força de trabalho, a exploração de classe, da mulher e do seu companheiro, no campo, exerce dentro de circunstâncias culturais, mas também, os saberes gerados e mobilizados dessas circunstâncias particulares, permitem analisar a especificidade de suas relações e apontar para além de funções econômicas representadas pelo trabalho reprodutivo, a necessidade da qualidade do modo de viver dos grupos, diante de um modo pessoal e privado, mas que deverá nas interações ampliar o rol de lutas e agendas políticas de movimentos do campo.

Somando com as reuniões formativas, observa-se que estão ancoradas nos questionamentos derivados de uma transição entre público e privado, e ao rever uma coexistência, tendem a apontar num plano discursivo as qualidades esperadas daquilo que não devem ser. Isto indica que a base do sistema patriarcal levanta metodologias, estratégias que investem, sobretudo, ao reconhecimento da categoria de trabalhadoras rurais/militantes. Para só então, ampliar e interacionar outras questões que irão conduzindo a um entendimento mais único, próprio do que esperam ser. Em consideração, no entanto, “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (LOURO, 2008, p. 65). Neste sentido, podemos questionar as mulheres líderes e trabalhadoras o que consideram como conquistas alcançadas, para demonstrar as implicações da dinâmica de relação que exercem, a seguir:

Enquanto você é submissa, você é mulher maravilhosa, a dona de casa, mulher, mas quando você passa a ocupar um serviço principalmente a escola, a forma de educar do jeito que ela vive, do jeito que ela é como se fosse pra mulher ficar inteligente isso também não pode de forma nenhuma, isso é muito forte ainda, mulher não vai estudar, não pode, não pode gritar mais alto, qualquer forma de autoridade de autoritarismo, ainda é muito forte uma das coisas que oprime muito a mulher (Diário de Campo, Liderança, 28/03/2012).

Minha filha eu já conquistei muita coisa, plantar lavoura isso aí é uma conquista, por que eu gosto, pra mim significa muita coisa, por que a terra que Deus deu é tudo pra nós. Pra receber tudo dela (Diário de Campo, Entrevista, Trabalhadora Rural, 14/08/2011).

A mulher trabalhadora rural não apenas reproduz as condições de sua sobrevivência/permanência no campo/terra, pela possibilidade de ter a titularidade da terra junto com seu companheiro, como apontado na ótica do segundo relato, mas no sentido do conjunto dos relatos, o papel da formação, no sentido de uma educação ainda que formal, com sentido popular, entendido de conhecimento alinhado a existência. Funde-se a satisfação de um conjunto de necessidades essenciais, para a produção da sociedade e da cultura, o que permite dizer em termos de análise, contribui para alternativas de desenvolvimento, seja este entendido na

visão mais liberal, ou de transgressão da ordem. Afirmam dizer, nas mais variadas linguagens e atitudes (como militantes, trabalhadoras, etc.), que o espaço-residência, como marco estruturador enquanto representação de espaço de poder *sobre*, submete as mesmas, a expressão negativa de não se sentir, poder-fazer-ser mulheres de fronteiras, entendidas aqui de um corpo vivido no sentido poder desinstalar sua presença condicionante.

Com isto, questionamos as mulheres envolvidas no cotidiano do trabalho no campo, e de militância, se denotam a existência de diferenças na vida da trabalhadora rural com a do trabalhador rural, a fim de que pudéssemos visibilizar suas identificações; nesse complexo de relações que estabelecem com ela própria, com os outros e com o ambiente que mantém reciprocidades e /ou desigualdades. As principais visões evidenciadas foram:

Existe. Por que a mulher além de cuidar do lar dos filhos como já falei, a gente trabalha na agricultura. Olhe, eu vou de manhã, vou trabalhar no sindicato com os idosos, rapazes, jovens, adultos, volto pra casa. Vou cuidar do jantar, vou para o roçado, então eu acho que gente é diferente (Diário de Campo, Entrevista, Militante e Trabalhadora Rural, 14/08/2011).

A diferença é que ele tem mais recursos, mas se a mulher pegar na enxada, planta (Diário de Campo, Entrevista, Trabalhadora Rural, MMTR/NE, 14/08/2011).

Neste termo, os relatos se coadunem na análise do significado atribuído das práticas sociais das mulheres trabalhadoras rurais, o acesso a tecnologias, recursos, e os ambientes de manutenção da vida, como observado propriamente com o primeiro relato. Mas apontam, dentro de uma jornada de trabalho ampliada, o reforço de desigualdades de ordem, que, as condições de trabalho da mulher se efetivam no rol do acesso precário seja de recursos, informações, e parcerias, pois mesmo a mulher transitando em vários espaços, o do trabalho, da agricultura, do plano doméstico, o do sindicato, ainda existe esta centralidade a um tipo de trabalho que sendo naturalizado como seu, acaba por reforçar uma dupla exclusão, pois:

Las mujeres particulares son especializaciones de ejes esenciales de la condición de la mujer, teóricamente excluyentes entre ellos. La condición genérica de las mujeres está estructurada en torno a dos ejes fundamentales: la sexualidad escindida de las mujeres, y la definición de las mujeres en relación con el poder – como afirmación o como sujeición-, y con los otros (LAGARDE, 2005, p. 35).

A mulher do campo não apenas reproduz as condições de sua sobrevivência/permanência no campo/terra, pela possibilidade de ter a titularidade da terra junto com seu companheiro, bem como afirma dizer nas mais variadas linguagens e atitudes que o espaço-residência repercute na produção do território para o outro à medida que significa o papel de esposa, dona do lar, pois recompõe cotidianamente a inclusão de atividades da vida, ainda valorizadas unidirecionalmente, excluindo dos espaços de decisão valorizados pela sociedade. E o Estado evidencia não a sua exclusão em termos de investimento, pelo contrário, é que num modo neoliberal, a mulher, e a mulher do campo, se caracterizam, como “vantagens”, mesmo que sejam direitos de anos de lutas, ainda assim, refletidos no reforço de uma naturalização, de que mulheres podem transitar nos mais variados espaços, mas sua condição de participação estará condicionada, a políticas reprodutivas.

Repercuta um olhar em direção à ordem hegemônica, direcionado nos pressupostos colocados por Lander (2005) para além de uma teoria econômica, o neoliberalismo representa um discurso hegemônico cuja finalidade é propor um modelo civilizatório. Sendo um dos fortes mecanismos a naturalização das relações sociais. O aparato cultural que repercute ao desempenho de atividades cotidianas, para além de papéis naturalizados que se mantêm na organização social, tem abarcado nos processos formativos, tanto uma divisão contundente e real do trabalho, mas acima de tudo, envolve as ‘qualidades’ esperadas para as mulheres representar, derivando formas de opressão entre público e privado. É neste sentido que o caráter coletivizador das questões locais, de opressão e de alternativas de desconstrução de opressões tende a se aglutinar, contribuindo para a produção de uma vida a partir de atributos agora nomeados pelas próprias mulheres, mesmo que ainda mantenham valores, mas ao demandarem um esforço pessoal, que denotam a própria condição de classe, e de grupo minoritário, vão gestando projetos que se coadunem numa prática coletiva, à medida que desenvolvem fazeres e dizeres, como contra discursos, mas de fato, traz à tona uma memória íntima, que fundamenta novas concepções que desenvolverão em coletivos de mulheres mistos, não mistos, todos reforçando eticamente alternativas anti-capitalistas, mediante a vivência e ressignificações de gênero.

4. Considerações Finais

O modo como se têm caracterizado as relações de gênero na efetividade de processos emancipatórios da mulher rural do agreste, e como se tem influenciado as práticas de geração de renda diante da divisão sexual do trabalho, para sua formação política e social, constata-se a dificuldade ao acesso de equipamentos para potencializar a produção da horta, bem como a facilitar a irrigação, elas consideram importante reconhecer que seus produtos não recebem nenhum produto químico, e a contribuição ainda rara de técnicos agrícolas, somada também a uma vida de terceirização, com máquinas de costuras em casa, reforçam a precarização e intensificação de sua jornada. Compreendem nos discursos como responsáveis diretas na modificação da relação com a família e com o meio sejam enquanto complementação da renda, ou na própria visibilidade que adquirem na comunidade.

Identificar as formas de participação e atuação das mulheres na consolidação de processos emancipatórios, isso se faz, pela importância de relacionar estas formas de atuação e participação como dimensão educativa que o empenho de autodeterminação infere, sobretudo, na contribuição de novos posicionamentos nas relações de gênero. Ao adjetivarem o sentido conferido através de suas experiências, estas se coadunem com o levantamento da ambivalência hoje repercutida com o sentido de divisão sexual do trabalho, O que emerge que seus saberes reforçam a qualidade de vida na localidade, e esta deve ser compreendida como campo de tensão e possibilidades dos fazeres contingenciados por relações históricas.

A capacidade de responsabilizar-se que um indivíduo precisa nutrir diante de cenários de contradição, seja na ausência de oportunidades, como renda, escolaridade, ou da sobrecarga de trabalho, desse entreposto vem admitir a relevância de se constituir para *o outro*, como exemplo de vida, e, sobretudo na certeza que processos autodeterminados são empreendidos mediante uma experiência crítica de vivência de subalternidade.

As atividades de geração de renda deram a tônica no movimento de organicidade quer seja representadas como oportunidades promovidas por projetos, créditos, subempregos, quer seja sobre uma atividade mais causal como construção de horta comunitária. Contudo, ao longo do processo de atuação vão reelaborando uma crítica em torno da precariedade de suas tecnologias, isto ficou demonstrado como um discurso mais centralizado ao âmbito da organização inferido pelas mulheres com mais tempo de atuação em militância, enquanto as com pouco tempo de militância ou propriamente autodenominadas trabalhadoras rurais, estas últimas descentralizam seu olhar apontando os benefícios da ação organizada.

Remete-nos a reflexão dos aspectos de permanências e/ou mudanças enquanto compreensão de trabalho produtivo e reprodutivo, em ambos os casos constata-se a simultaneidade dessa relação, o que pode indicar tanto que suas ações são empreendidas como extensão da domesticidade, quanto pode ser caracterizada pela intensificação da rotina da trabalhadora rural, nas tarefas com a casa e com a produção de alimentos. Incide nos pressupostos da produção da subsistência, logo, contribui na reelaboração de suas concepções de gênero denotada diante dos resultados de suas práticas estarem consubstanciadas por questões de assimetria, ao uso da terra, ao acesso a recursos, vão processando questões e experiências antes inexploradas vão fomentando novos referenciais de lutas.

5. Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. 2000. *A dominação Masculina*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- BUARQUE, C. 2008. Introdução ao Feminismo. In: CASA DA MULHER DO NORDESTE. *Escola Feminista de Formação Política e Econômica nos Bairros: referências teóricas e práticas metodológicas*. Provisual: Recife.
- CARBONI, F.; MAESTRI, M. 2003. *A Linguagem Escravizada. Língua, história, poder e luta de classe*. Editora Expressão Popular. São Paulo.
- CASA da MULHER DO NORDESTE. 2008. *Escola Feminista de Formação Política e Econômica nos Bairros: referências teóricas e práticas metodológicas*. Provisual: Recife.
- DESLANDES, S. F., G., R., MINAYO, M. C. S.(Org.) & Neto, O., C.1994. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Editora Vozes. São Paulo.
- FERNANDES, B. M., MEDEIROS, S. L., PAULILO, M. I. 2009. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Editora: Unesp. São Paulo. p. 1-150.
- FREIRE, P. 2006. *Extensão ou Comunicação?* Editora Paz e Terra. São Paulo.
- GIL, A. C. 2008. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas. São Paulo.
- GOHN, M. G. 2006. *Teoria dos movimentos Sociais*. 5ª Edição. SP: Edições Loyola.
- HIRATA, H. 2001. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu (17-18). 2001-02. Pp. 139-156.
- LAGARDE, M. 2005. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Vol. I e II. Cordinación Editorial: Universidad Nacional Autónoma de México.
- LANDER, E. 2005. *Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. LANDER, E. (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Pp.21-53.
<Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf> ou <Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca; biblioteca@clacso.edu.ar> .Acesso em: 23 de outubro de 2011.
- LOURO, G. 2008. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Editora: Vozes. São Paulo.
- SILVA, C. B. C., SHNEIDER, S. 2010. *Gênero, trabalho rural e pluriatividade*. In Gênero e Geração em Contextos Rurais. SCOTT P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). Ilha de Santa Catarina: ed. Mulheres. Pp.185-209.
- QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org)*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.
<Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf> ou <Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca; biblioteca@clacso.edu.ar> .Acesso em: 23 de outubro de 2011.
- VALLA, J. A 2001. Análise de conteúdo. In SILVA, A. S., PINTO (Org.). J. M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Afrontamento. Porto, p. 101-128.